

# **DO NOVO SINDICALISMO AO SINDICALISMO NOVO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA AS ORGANIZAÇÕES CLASSISTAS DOS TRABALHADORES.**

**Carlos Eduardo de Souza, mestrando pela Faculdade de Educação da UFJF  
Lorene Figueiredo Ms. Professora na Faculdade de Educação da UFF**

*A luta política transforma-se assim numa serie de episódios pessoais entre quem é bastante esperto para se livrar das complicações e quem é enganado pelos próprios dirigentes e não quer ser convencer disso por causa de uma incurável estupidez. (Antônio Gramsci)*

**Resumo:** O presente artigo conceitua o sindicalismo e sua função organizativa a partir do pensamento marxiano e gramsciano. Traça um breve histórico do ascenso do movimento sindical nos anos 80, no Brasil, denominado de “novo sindicalismo”. Apresenta uma análise das mudanças no movimento sindical dos anos 90, com relevo para o que chamamos de “transformismo” das correntes majoritárias nas organizações do novo sindicalismo.

Explicamos a crise atual do sindicalismo, chamando a atenção para as mudanças no mundo do trabalho, as quais tem como base a mundialização do capital, as recorrentes crises deste modo de produção e a divisão social do trabalho, caracterizando o que Alves denomina de “novo complexo de reestruturação produtiva”.

Avaliamos o momento de ruptura e reorganização tendo como norte a atual conjuntura política. Apresentamos possíveis rumos que podem ser tomados, considerando as tarefas que estão postas para as lutas dos trabalhadores. Avaliamos o imperativo da construção da unidade, com os campos que reivindicam a trajetória de luta e resistência da classe trabalhadora, assim como estabelecer fóruns permanentes de debate teórico a partir destas experiências constitutivas.

Através da análise marxista consideramos como possível a superação das contradições que impedem a atuação conjunta das forças que lutam pela superação da “nova burocracia sindical” e pelo fortalecimento do campo à esquerda. A construção do que chamamos de “sindicalismo novo” coloca-se, mais do que como hipótese, como necessária alternativa histórica.

## **1- Sindicato e luta de classes.**

Em sua longa luta contra a opressão e a exploração os trabalhadores aprenderam com a prática, a necessidade de criar entidades organizativas. Estas por sua vez forjaram a identidade, o comportamento, a leitura de mundo com a qual os primeiros movimentos começaram a intervir nas relações de trabalho. Foi assim com o ludismo e com o cartismo. O desenvolvimento das relações capitalistas e também a formação do pensamento marxista elevaram e complexificaram as lutas e a elaboração sobre as mesmas.

Marx (1980) apontou dois aspectos importantes do movimento sindical: a organização da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, com o intuito de impedir o aviltamento das condições de sobrevivência e a organização dos trabalhadores como classe, tanto os trabalhadores empregados como os desempregados.

É no “O Capital”, que o autor nos chama a atenção sobre o papel dos sindicatos em tempos de aprofundamento das crises. Para Marx (1975) as crises são inerentes ao fluxo da economia capitalista, sendo necessário que nessas situações os sindicatos organizem uma atuação planejada e conjunta de empregados e desempregados com o intuito de diminuir ou anular (de acordo com a correlação de forças na luta de classes) as conseqüências nocivas para os trabalhadores.

Ainda, segundo Marx (ibid), o sindicato deve organizar os trabalhadores construindo a própria classe, a identidade coletiva e apresentando-os diante dos exploradores da força de trabalho como uma força social e não como indivíduos desprovidos de poder político. Na luta contra o sistema de exploração e seus efeitos o sindicato pode e deve ultrapassar as barreiras mais elementares da organização dos trabalhadores.

Gramsci (2000a) retoma estas indicações de Marx e nos ajuda a pensar sobre os diferentes momentos de consciência da classe trabalhadora.

Ressaltamos aqui, o *que* o autor denomina o segundo momento, o qual compreende a relação das forças políticas, ou seja, “*avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais*” (p.41) fazendo distinções por níveis que correspondem a diferentes momentos de consciência política coletiva. O primeiro e o mais elementar dos níveis é o “econômico corporativo”, onde existe reconhecimento/solidariedade entre profissionais de um mesmo setor, mas não há reconhecimento mais amplo de classe social. No segundo nível já ocorre um reconhecimento dos diversos setores profissionais, porém a luta ainda está presa ao campo apenas econômico. O terceiro nível diz respeito a tentativa de universalizar um projeto ético-político para todo o conjunto da sociedade.

Mas a observação mais importante a ser feita sobre qualquer análise concreta das relações de forças é a seguinte: tais análises não podem e não devem ser fins em si mesmas (a não ser que se trate de escrever um capítulo da história do passado), mas só adquirem um significado se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade. Elas mostram quais são os pontos de menor resistência, nos quais a força da vontade pode ser aplicada de modo mais frutífero, surgem as operações táticas mais imediatas, indicam a melhor maneira de empreender uma campanha de agitação política, a linguagem que será mais bem compreendida pelas multidões, etc. (Ibid, p. 45 e 46)

Essa passagem, mais à frente, irá nos ajudar a pensar sobre o importante esforço que os dirigentes sindicais devem desempenhar na organização das lutas e dos caminhos que podem ajudar a construir uma nova subjetividade no trabalhador, que visa ultrapassar o

plano econômico corporativo, e principalmente reorganizar a classe trabalhadora a partir do refluxo que essa tem experimentado na virada do século.

Ainda, na esteira do pensamento de Gramsci (ibid), é importante atentarmos para as elaborações acerca da teoria do estado ampliado e a função dos aparelhos privados de hegemonia na tarefa educativa, na conservação ou modificação de padrões de sociabilidade. Gramsci (ibid) preocupou-se com a formação dos dirigentes, capazes de levar a cabo essa tarefa organizativa. Tal tarefa consistia igualmente em ser capaz de realizar a mediação através das quais as experiências<sup>1</sup> vividas nas lutas econômicas pudessem ser elaboradas em experiências constitutivas de classe e no desenvolvimento da consciência de classe.

Essa é a função das lutas por reformas na sociedade capitalista: amenizar os problemas vividos em decorrência da exploração dos trabalhadores, evitar o aviltamento das condições da existência, propiciar a mediação da leitura dessas experiências de forma a cumprir a tarefa educativa para a emancipação da classe. Nesse sentido, as lutas por reformas devem conduzir a compreensão de que serão sempre parciais e temporárias e que lutar por reformas implica em impor pequenas derrotas ao sistema do capital que sempre reagirá. Ao realizar a mediação que permite essa compreensão, os dirigentes contribuem para a formação de novos quadros capazes de empreender a luta pela abolição desse regime. Dessa forma, recompõem-se a visão da totalidade, supera-se a visão parcelar e fragmentada típica da ideologia capitalista, através da unificação dos aspectos econômico-corporativos e ético-políticos. Essa é a matriz de todo o pensamento revolucionário no que diz respeito às experiências organizativas da classe trabalhadora.

Gramsci (2000b; c), também, nos aponta a necessidade de constituir os intelectuais orgânicos<sup>2</sup> da própria classe trabalhadora de forma que pudessem adquirir autonomia em relação aos intelectuais pequeno-burgueses. Essa tarefa envolve o aspecto educativo das organizações de trabalhadores, para este artigo em particular, dos sindicatos.

---

<sup>1</sup> Experiência no sentido empregado por Thompson: a experiência da determinação, experiência como mediação em um processo histórico de formação de classe e sob as pressões estruturais determinantes das relações de produção, mas que se estende para além do processo imediato de produção e do nexos imediato de extração da mais valia e engloba as unidades particulares de produção. É em meio a essa experiência comum que toma forma a consciência social e a disposição de agir como classe (Wood, 2003).

<sup>2</sup> Intelectuais orgânicos: distintos dos intelectuais que existem no sistema pré-capitalista considerado tradicionais pela função que exercem ser anterior ao regime de acumulação capitalista. Os orgânicos teriam surgido com o capitalismo. Nesse sentido há intelectuais orgânicos em ambas as classes fundamentais. O sentido utilizado aqui é o lato. Intelectual orgânico que assume a função de organizar e dirigir a classe. Ver Gramsci (2000a, b).

Em síntese: existe um processo de formação e construção da classe, que num nível mais imediato, aquele que se expressa pelo sentir, sem compreender, antecede o momento organizativo. Já em um segundo momento, as demandas de natureza econômica assumem o caráter reivindicativo, é a função imediata vista desde Marx. É o momento econômico-corporativo onde o Estado é questionado, mas não a ordem societal. Em um terceiro momento atingimos um grau de elaboração superior, é o momento ético-político, que supõe um projeto de sociabilidade. Esse projeto questiona a própria ordem social e se apresenta como projeto revolucionário. Como queria Marx:

A luta contra a queda relativa do salário já não é a luta que se desenvolve no terreno da economia mercantil; mas num assalto revolucionário, subversivo, contra a existência dessa economia, é o movimento socialista do proletariado. (Apud: Coggiola, 1998 p. 38).

Portanto, fica evidente que o sindicato tem uma tarefa educativa e formativa estratégica na formulação de Marx e Gramsci. Ao longo do século XX, no Brasil, importantes experiências constitutivas foram realizadas neste sentido. Pelos limites deste artigo ressaltaremos o ascenso de lutas na década de 80, que representou o então denominado “novo sindicalismo”. Para nós um marco significativo de luta contra a ditadura empresarial/militar e de reorganização do movimento dos trabalhadores no Estado brasileiro.

## **2- Ascensos, novo sindicalismo e “transformismo”.**

Segundo Noronha (1991), de modo geral pode se dividir a história sindical do Brasil em dois grandes momentos: 1978-84 e 1985-87. “*Até 1984 o numero de greves, de grevistas ou de jornadas perdidas manteve-se em patamares médios ou baixos se comparados aos padrões internacionais*” (p.120). Esse mesmo período foi marcado por um movimento de crescimento entre 1978-79, retração em 1980-82 e retomada posterior em 1983-84. Importante ressaltarmos que este é o período do turbulento processo de redemocratização do país e também da realização da I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que se configurou no primeiro esforço nacional que posteriormente daria origem a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). “*... após 1985 o Brasil passa a se situar entre os países de maiores taxas de greves, particularmente em função dos conflitos da esfera publica*” (Ibid p.121). Somando todas as greves desses dois períodos, chega-se ao numero de 6593 greves.

Essa expressiva marca suscitou vários ataques por parte dos setores mais conservadores no sentido de denegrir a imagem do movimento e dos dirigentes sindicais.

Diziam que as greves eram fruto de uma minoria (comunista) com outra intencionalidade política. Já a esquerda dizia que os processos de greves advinham de perdas salariais seguidas e que, portanto, era um fator econômico. Para Noronha (ibid), esses argumentos traduzem o senso comum, já que os setores conservadores deram muita importância política (ideológica) para a esquerda denominada, pelo autor, conservadora<sup>3</sup> e essa, por sua vez, duvidava sumariamente de seu poder de convencimento político.

Segundo o mesmo autor, havia um substrato material que justificava o ascenso das greves a partir das demandas imediatas da própria classe trabalhadora: descontentamento social, explosão de demandas reprimidas durante o autoritarismo e demandas de formação de vanguarda sindical, direitos trabalhistas, perdas salariais acumuladas. Outros movimentos de caráter mais geral do tipo: “campanha das diretas” e “movimentos sociais<sup>4</sup>”, também tiveram participação na caracterização deste período, mas sem dúvida foram as greves que impetraram maior caráter duradouro, crescente e eficaz .

A partir dessa breve elucidação do que Noronha (ibid) chamou de explosão sindical e efervescência social, na década de 80, trataremos de entender os motivos estruturais e superestruturais que nos permitem afirmar e anunciar que as forças e as entidades que compuseram, organizaram e deram direção as lutas desses trabalhadores, não mais pertencem aos trabalhadores.

Alves (2001), na tentativa de construir um corpo teórico que explique a crise do sindicalismo, nos chama atenção para as mudanças no mundo do trabalho, a partir da mundialização do capital, das recorrentes crises deste modo de produção e da divisão social do trabalho caracterizando um “novo complexo de reestruturação produtiva”.

(...) na perspectiva histórico-ontológica, o novo complexo de reestruturação não possui caráter “neutro” na perspectiva da luta de classes. Ele apenas expressa, na medida em que se desenvolve as alterações do processo de trabalho, algo que é intrínseco à lei da acumulação capitalista: a precarização da classe dos trabalhadores assalariados, que atinge não apenas, no sentido objetivo, a sua condição de emprego e salário, mas no sentido subjetivo, a sua consciência de classe. Nesse contexto sócio-histórico particular que tendem a se desenvolver, com vigor, estratégias sindicais neocorporativas, que são expressões da debilitação da solidariedade de classe, intrínsecas à fragmentação das negociações coletivas, provocadas pela nova ofensiva do capital na produção (Alves 2000 p. 9).

---

<sup>3</sup> Noronha caracteriza a esquerda como conservadora naquele contexto em função das tarefas organizativas que ficavam restritas ao campo econômico corporativo.

<sup>4</sup> Movimentos cuja caracterização não se dá a partir das demandas imediatas ligadas à esfera do trabalho, mas que dizem respeito às condições de vida da classe trabalhadora: moradia, transporte, saneamento, educação etc.

Esse “novo complexo de reestruturação produtiva” foi amplamente impulsionado pela crise do estado de bem-estar social<sup>5</sup>. Esta crise se caracterizou pela saturação de mercados internos, pela crise fiscal inflacionária e pela defesa da volta das ‘leis naturais do mercado’, abrindo campo para o advento do neoliberalismo<sup>6</sup> enquanto política de contenção da crise do capital, centrando ataques fundamentalmente às conquistas sociais trabalhistas (Andersom, 1995).

Nesse contexto, observamos a constituição de formas de acumulação flexível, de formas de gestão organizacional, de avanço tecnológico, produção vinculada à demanda com vistas a atender as exigências de um mercado consumidor, uma produção variada e bastante heterogênea, o trabalho operário em equipe, com um trabalhador polivalente, o princípio do *just in time*, com melhor aproveitamento possível do tempo de produção e estrutura horizontalizada da produção (Antunes, 1999).

Alves (2000) sustenta, ainda, que na década de 90, no Brasil, houve um aprofundamento da precarização do mundo do trabalho, passagem do “*toyotismo restrito*” ao “*toyotismo sistêmico*”<sup>7</sup> com uma conseqüente debilitação da postura classista “*e da consolidação de práticas sindicais neocorporativas de cariz positivo*”. (p.101). Sendo, majoritariamente, nessa época que se desenvolve a crise do sindicalismo no Brasil. O autor procura concentrar sua pesquisa em um dos pólos mais importante de produção do país: o complexo automotivo da região do ABC paulista, berço das correntes operárias da CUT e do PT.

Segundo Martins e Lima (apud Neves, 2005) a burguesia brasileira, desde o início do séc. XX vêm sendo forçada a criar organizações para defender e representar seus interesses de classe. Podemos afirmar que neste processo organizativo, da mesma forma, a burguesia busca adequar as formas instituídas de organização social a partir do Estado (strito senso), adequando-o aos novos processos ligados imediatamente a acumulação de capital.

---

<sup>5</sup> Cabe aqui uma ressalva importante: O Estado de bem estar social é compreendido no Brasil como um estado desenvolvimentista que não atinge o mesmo nível de universalização de direitos dos países centrais.

<sup>6</sup> Para Gentili (1996), explicar o êxito do neoliberalismo (e também traçar estratégias para a sua necessária derrota) é uma tarefa complexa, pois se por um lado o neoliberalismo constitui em vigorosas estratégias políticas, jurídicas e econômicas, por outro lado, ele expressa e sintetiza um ambicioso projeto de reforma ideológica.

<sup>7</sup> “É importante ressaltar que o desenvolvimento do toyotismo sistêmico, no marco da particularidade sócio - histórica do capitalismo brasileiro nos anos 90, é caracterizado, por um lado, pela amplitude (e intensidade) dos nexos contingentes do toyotismo, voltados para a captura da subjetividade operária, e, por outro, pela superexploração do trabalho como dimensão estrutural da própria acumulação capitalista no Brasil e a reprodução ampliada de uma nova precariedade (e exclusão) no interior do mundo do trabalho.”(Alves 2000, p. 102).

Avaliamos, a partir destes autores, que a década de oitenta representou no Brasil a crise de hegemonia burguesa, em parte, expressa pela dificuldade de apresentar um projeto que sintetizasse a vontade das várias frações da própria burguesia; em parte devido a apresentação de um projeto próprio da classe trabalhadora expresso na criação da CUT e do PT.

Ao longo da década de noventa, em especial após o Fora Collor, a burguesia consegue recompor seu campo, define uma nova sociabilidade, universalizando-o e assumindo a expressão do neoliberalismo. Seus marcos históricos, para nós, foram a adoção do Plano Real e as eleições de FHC. O processo não se deu de forma pacífica, a classe trabalhadora sofreu profundas derrotas neste período perdendo importantes direitos de proteção ao trabalho. Este processo coincide com a criação da Força Sindical e com a adoção do “sindicalismo propositivo” pela CUT e com a hegemonia da corrente articulação em seu giro ao social liberalismo.

Segundo Martins e Lima (ibid), neste período surgem novos aparelhos privados de hegemonia, complexificando ainda mais a caracterização do estado no Brasil, compondo o chamado terceiro setor e expressando o neoliberalismo de terceira via<sup>8</sup>.

São marcas deste projeto em andamento a reforma universitária e a expansão do ensino superior precarizado, através da Universidade Aberta (com a modalidade ensino à distância) as políticas sociais compensatórias (na forma bolsas e vales), reforma da previdência, sindical, nos exíguos financiamentos para as áreas de políticas sociais e direitos básicos como saúde e educação básica entre outros; a criação de ministérios como o dos esportes que nos parece uma intervenção direta, uma releitura higienista que vê no esporte um elemento de ‘resgate social’ da parcela que é cada vez mais explorada a partir das demais políticas regressivas em curso (novamente se apresenta a perspectiva da sociabilidade)<sup>9</sup>.

Coelho (2005) busca compreender o desmonte classista nesse mesmo período, analisando a temática que envolve a concepção de projeto político, consciência de classe e a problemática dos intelectuais e das organizações revolucionárias. Para o autor, nossas ações estão sempre calcadas numa concepção de mundo, nesse sentido é importante que se busque compreender os interesses que advém das diferentes classes. Assim, podemos

---

<sup>8</sup> “Também chamados de centro radical, centro – esquerda, nova esquerda, nova social democracia, social democracia modernizadora, governança progressiva, social liberalismo. É um projeto criado e direcionado para as forças de centro esquerda que chegaram ao poder nas últimas décadas do século XX ou que lutam para isso. Expressa a retomada “envernizada” do projeto burguês que mantém as premissas básicas do neoliberalismo em associação com o reformismo social democrata.” (Martins e Lima apud Neves 2005).

<sup>9</sup> Para o aprofundamento destas questões: Filgueiras e Gonçalves (2007)

afirmar que a classe trabalhadora deve criar sua consciência como classe explorada e construir seu momento de transformação. Marx (2007) constrói esta indicação na terceira tese sobre Feuerbach: “... a alteração das circunstâncias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática revolucionária” (p. 324).

Entretanto as condições subjetivas/consciência não estão dadas de forma simples. Marx (2002) afirma em seu “18 Brumário” que “os homens constroem sua própria história mas não a fazem como querem”, não é objeto, puramente, de suas escolhas. É necessário que os explorados percebam as relações sociais que os constituem como explorados, se organizem e pensem como classe. Os partidos cumprem um papel fundamental dentro desse processo.

A partir de Lênin (e Lukács) é possível formular de modo adequado o problema da consciência de classe. A classe, que é sempre consciente de si, torna-se consciente para si (em termos de Gramsci: torna sua consciência “unitária e coerente”) na medida que compreende sua própria situação de classe como momento de uma totalidade histórica, o capitalismo, e pode atuar politicamente (estabelecer projetos e aplicá-los) em conformidade com esta compreensão, pela transformação radical da sociedade. Se esta condição, a referência à totalidade, não estiver presente, ou seja, se a compreensão estiver limitada a aspectos parciais da existência concreta da classe, trata-se então de uma consciência de classe ainda não desenvolvida, uma falsa consciência, no sentido de Lukács (ocasional e desagregada, em termos Gramscianos). Neste caso a atuação política da classe permaneceria inscrita na ordem capitalista, e sua luta seria, no máximo, por reformas que não chegam a por em causa a sua superação radical. (Coelho. 2005 p. 330).

Enfim, a pergunta que se faz diante tudo isto que até aqui trouxemos, é: Qual o papel das direções no processo de transformação da classe em “classe para si”?

A consciência e sua constituição são elementos dinâmicos em relação dialética com a processualidade histórica. Neste sentido, pode avançar ou retroceder em nível de organização de acordo com a correlação de forças na luta de classes e com o aprofundamento ou não das contradições nas relações sociais de produção sob o capitalismo.

Neste sentido ao longo da década de 80, período importante de construção da unidade de luta dos movimentos sindicais e sociais, iniciou-se o processo de forjar a consciência de classe de um amplo coletivo de trabalhadores organizados então a partir da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Nos anos 90 observamos um processo regressivo vivido a partir destes mesmos organismos e pelo surgimento de novos aparelhos privados de hegemonia na forma sindicatos e centrais, como por exemplo, a criação da Força Sindical, que ao elaborarem a

pauta de um sindicalismo de resultados, colocaram em evidência por dentro da CUT e do PT uma “nova” abordagem no campo da social democracia, convertida ao social liberalismo. Os autores que utilizamos como referência, demonstram em suas elaborações o giro à direita feito pelas organizações ligadas à social democracia<sup>10</sup>.

Podemos considerar como marcos históricos deste processo, a queda do comunismo de tipo stalinista no leste europeu, a mudança para o eurocomunismo sob o mesmo impacto das organizações européias, a eleição presidencial de 1989 que foi interpretada como uma derrota para o campo da esquerda. Esta leitura abriu caminho para que a ala majoritária do PT em consonância com o giro da social democracia já mencionado, pautasse a política do partido para a obtenção de resultados favoráveis ao seu crescimento de massas nas eleições (Garcia, 2000).

Do ponto de vista interno a burocratização dos dirigentes é algo que merece nossa atenção. As estruturas sociais democratas apresentam, segundo Mandel (2005), maior propensão à burocratização pela cisão orgânica que realizam, entre os aspectos econômicos corporativos (a encargo dos sindicatos) e os ético-políticos (a encargo dos partidos) esta divisão “social” das tarefas impede a realização por parte das organizações de base de desempenharem o papel que Marx imaginou: constitutivas de experiências capazes de elevar a consciência coletiva, da classe para si. Somado a esse elemento o partido tende a tutelar os movimentos e assim a estrutura diretiva de partido e sindicato acabam por desempenhar o papel que interessa a manutenção do regime de dominação do capital. Como a social democracia também apresenta o componente do reformismo como estratégia e não como tática o círculo vicioso se fecha e estas organizações tendem a desempenhar o papel que Trotsky (1978) alertava que os sindicatos poderiam desempenhar sobre o movimento ao ser enredado nas relações com o estado strito senso: ser tutelado e ser tutor. Quando não está sob estreita perseguição e criminalização.

Garcia (op. Cit.), também assinala em sua pesquisa que importantes setores do Partido dos Trabalhadores (PT) migraram para o campo da administração dos interesses da classe dominante a partir do fenômeno da burocratização. Em seu estudo e a partir do mapeamento feito por Rodrigues (Apud Garcia) observou a mudança no quadro dirigente do PT tanto no nível de renda, como na formação e na composição social em geral. Este fenômeno associado a eleição de vereadores, deputados e senadores cristalizou posições no interior do partido, inclusive a partir das contribuições financeiras pessoais criando uma ‘casta’ na direção que não abandonou mais esta posição.

---

<sup>10</sup> Boito Jr (1991); Martins (2007); Antunes (2002a, b); Garcia (2000) e Coelho (2005).

A CUT passou a ser um espaço de recrutamento de novas lideranças para concorrer às eleições e esta relação se apresentou para o militante como chance de crescimento pessoal (ambos deixando de cumprir as tarefas organizativas elaboradas ao longo deste texto). Aliado a isso a financeirização da economia permitiu que importantes setores dirigentes dessa central se tornassem executivos de importantes fundos de pensão.

A CUT, igualmente, passou a administrar recursos cada vez maiores advindos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, das doações da social democracia européia, através de sua secretaria de formação (Arenas, 2007), e a constituir centros de treinamento e formação para os trabalhadores nos quais em pouco tempo passou a ser uma ‘central empresária’ com hotéis, escolas etc. Em um cenário de desemprego crescente e da administração deste a partir das câmaras setoriais estes processos foram ganhando força e constituindo o “novo momento ético político” da CUT e do PT.

Estas são as bases materiais e políticas através das quais podemos compreender o transformismo que se manifesta na política da CUT e do PT assim como nas estruturas mais amplas elaboradas a partir de Alves e Coelho.

A mudança de classe destes setores dirigentes se deu a partir destas mudanças políticas e econômicas por dentro dos organismos de representação constituídos desde a abertura. Observamos então um fenômeno com traços do que Gramsci (2000a) nomeou “transformismo”.<sup>11</sup>

Para Mandel (2005a, b) esta é a raiz do conservadorismo da social democracia. Representa a perda da democracia interna e a mudança de uma estrutura democrática para uma burocratizada. Neste contexto a CUT e o PT passaram a eliminar os mecanismos internos que assegurariam a possibilidade de disputa e afastaram progressivamente o conjunto dos militantes dos fóruns de decisão, em um período de difícil organização inaugurado nos anos 90. Esta mudança provocou tensionamentos, rompimentos e reacomodação nos sindicatos de suas bases levando em algumas situações a criação de novos organismos.

Não estamos ignorando aqui a materialidade da luta de classes e muito menos o quadro recessivo no qual o conjunto da classe teve que buscar respostas, mas questionamos o papel dos dirigentes no tipo de leitura da realidade e, portanto, na construção ideológica que fundamentou o olhar, as escolhas e as experiências da classe trabalhadora neste

<sup>11</sup> Transformismo no sentido gramsciano significa um método para complementar um programa limitado de reformas, mediante a cooptação pelo bloco no poder de membros da oposição. E ainda as ações dos ‘partidos’(como entidades organizativas capazes de dar direção política à parcelas da sociedade civil e não necessariamente siglas partidárias; neste sentido até mesmo um sindicato ou uma revista podem ser caracterizados como partido) são incorporadas molecularmente, absorvidas no âmbito do “novo Estado”.

período. Este quadro foi fortemente agravado com a eleição de Lula da Silva para a presidência, que aprofundou as contradições e também confundiu boa parte da militância, uma vez que a própria CUT já havia deixado de fazer o trabalho de formação política de base. (Tumolo 2002).

O modo de produção tem cobrado e exigido da classe trabalhadora respostas cada vez mais urgentes. O tempo histórico neste momento se coloca contra os trabalhadores. A crise que se abateu sobre a economia mundial anuncia um cenário sombrio para as próximas décadas tanto do ponto de vista econômico como político, social e ambiental, posto que a realidade é uma totalidade articulada.

Quem nos apresenta um cenário semelhante para compararmos é Gramsci. Ao estudar o fenômeno de ascensão do fascismo na Itália este autor retomou os textos de Lênin sobre as crises e sobre o imperialismo, e concluiu ao analisar a realidade social italiana: a entrada em ação de massas passivas ainda debilmente organizadas ocorre em movimento caótico, desorganizado, sem direção e sem vontade política precisa. Nessa conjuntura, alerta ainda que camadas sociais que objetivamente poderiam ter interesse em uma transformação da sociedade assumem uma posição de classe oscilante ou claramente contra - revolucionária. Servem de “base de massa” à nova política das classes dirigentes. E, profeticamente, afirma:

Essa pequena e média burguesia desclassificada e desiludida (...) hostil ao movimento operário termina em, sua grande maioria, por aderir ao fascismo. (...) Na ausência de forças antagônicas capazes de organizar essa desordem em seu proveito, cria-se situações potencialmente perigosas. (Gramsci apud Glucksman. 1980 p.135).

A crise orgânica abre sempre a possibilidade de pautar um bom debate e ampliar a intervenção da classe trabalhadora e galgar vitórias. Em termos gramscianos a atual crise não pode ser considerada orgânica, ou seja, crise política e econômica<sup>12</sup>. Ela também serve como elemento de reorganização do bloco no poder, pois o problema é reconstituir o aparelho de hegemonia.<sup>13</sup>

Esta tensão entre capital e trabalho no quadro conjuntural desenhado ao longo deste artigo, faz com que encontremos as condições objetivas, mas não as subjetivas para o enfrentamento das políticas regressivas dos anos 90 e seu aprofundamento na atual crise.

<sup>12</sup> A crise a qual nos referimos assume a forma imediata de crise do sistema imobiliário nos EUA no ano de 2007 agudizando-se em 2008 e assumindo a forma de crise de crédito a partir de então, absorvendo o sistema em sua totalidade. Não há acordo quanto a sua caracterização, contudo, é unânime entre as análises críticas a afirmação de que esta crise se equipara a de 1929.

<sup>13</sup> Não queremos aqui que o leitor, a partir do que escrevemos, tenha uma visão fragmentada da práxis, ou seja, estrutura separadamente da superestrutura. Não foi isso que defendeu Gramsci e nem é isso que defendemos. Na verdade essa elaboração tem conotação heurística e didática dentro da problemática.

Neste contexto que apresentamos, ainda com o auxílio de Gramsci, podemos observar um movimento das classes dominantes no sentido de ampliar sua base de apoio fazendo coincidir, na aparência, seus interesses com os da pequena burguesia, isolando o movimento operário e colocando como clientela (pelo uso de políticas compensatórias e de contenção da pobreza) setores de trabalhadores que se incorporam ao grupo de “inclusão forçada”.<sup>14</sup>

Os recentes sinais de xenofobia na Europa, inclusive por parte do movimento operário, a configuração de governos conservadores naquele continente e a crise econômica que está posta nos trazem algumas reflexões importantes. Na América Latina vivemos sob o regime de governos de frente popular que se dispuseram a administrar a crise para o empresariado e a despeito dos interesses populares manifesto nas urnas. A elite americana inaugura um “novo show” com seu “menino negro” como portador de novas esperanças em trajes enxovalhados.

É absolutamente necessário e urgente o balanço de nossas realizações neste período e de construção da unidade das esquerdas em especial no Brasil. País que tem exercido importante papel na geopolítica do imperialismo na América Latina em especial. A criminalização dos movimentos sociais, os ataques aos trabalhadores rurais e às comunidades indígenas, o recrudescimento dos conflitos no meio sindical como a recente intervenção do governo Lula e da CUT ao caçar a carta sindical da ANDES, já recuperada, demonstram que os tempos são delicados e muito difíceis.

Aos que se reivindicam no campo da esquerda, comprometidos com as lutas pela emancipação da classe trabalhadora, cabe a tarefa de superar a trajetória fragmentada, a teoria positivizada, os equívocos de defesas parciais e particularistas e retomar as bandeiras históricas do movimento internacional dos trabalhadores, unificando as lutas, constituindo nesse processo as lideranças capazes de pautar o contraponto à desoladora atuação de destruição provocada pelo capital e seus aliados em nossa classe.

Nesta conjuntura adversa e de caráter regressivo para a organização das lutas pela emancipação entendemos que é necessário a ruptura com as organizações que fizeram este giro à direita.

---

<sup>14</sup> Para Virginia Fontes não devemos utilizar o termo exclusão, pois ele pouco contribui para a análise das relações em questão. Inclusão forçada significa o lugar no qual expressivo e cada vez maior contingente de trabalhadores é obrigado a se integrar pela eliminação dos postos de trabalho regulares e com rede de proteção social permitindo maior expropriação. Logo, contribuem ainda mais para o processo de acumulação apesar de parecer o contrário e não há, sob a atual forma de acumulação, possibilidade de inclusão sob os meios de trabalho formais. Isto demonstra a enorme violência e barbárie a qual chegou o modo de acumulação capitalista e seu completo esgotamento como padrão civilizatório. (Fontes. 1997)

### **3- Sindicalismo novo, novas formas de organização.**

Novas entidades foram criadas, porém entendemos que o debate nestes setores ainda não atingiu a unidade necessária ao enfrentamento das políticas regressivas em andamento.

Para nós, esse atraso, é a marca do stalinismo e do economicismo que perduram por tempo longo e suficiente para comprometer o exercício dialético da construção de unidade entre as várias correntes que se reivindicam revolucionárias ou, pelo menos, críticas.

É recorrente a crítica à criação destas novas entidades, alegando o divisionismo e o enfraquecimento da classe trabalhadora. É comum a citação de Trotsky na defesa da permanência na CUT, como patrimônio das lutas dos trabalhadores. Discordamos desta avaliação, embora consideremos inegável o patrimônio que as lutas encaminhadas através da CUT representaram.

O entendimento que fazemos é que a CUT como uma organização de base sindical, encontra-se numa relação subordinada a um governo que opera a política da classe dominante e que, portanto, está em oposição direta aos interesses dos trabalhadores.

O movimento de criação da CUT na época em rompimento com a CGT (Central Geral dos Trabalhadores) era de oposição ao atrelamento e burocratização dessa última. A história "se repete"! Sendo que cabe perguntar: Quais as grandes lutas do interesse da classe trabalhadora a CUT encampou desde que desmarcou a greve geral de 1990 e sentou com Collor de Melo para uma negociação que ficou conhecida como "entendimento nacional"? Podemos destacar a recente campanha pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, mas que não tem a divulgação "para fora" dos espaços institucionalizados de emprego regular etc.

A CUT não está em diálogo para disputar um projeto hegemônico em oposição ao do empresariado. Ao mesmo tempo não se pronuncia contrariamente à reformas sindical e trabalhista do atual governo, não sabemos, através da CUT, o que se passa nos bastidores nos quais a reforma vem sendo negociada. Então a defesa da redução da jornada analisada com a posição de não se manifestar contra as reformas, explicita a contradição e os limites com os quais os militantes da base dessa central têm que lidar e dar respostas.

Os teóricos da esquerda - os clássicos - nunca defenderam a criação de outros sindicatos na mesma base. O próprio Trotsky fazia a defesa de disputar a base com as direções burocratizadas, mesmo em condições adversas, sob o domínio dos regimes fascistas. Contudo, não há nenhuma recomendação quanto a Centrais. Nós mesmos já vivemos vários momentos de superação de entidades organizativas que degeneraram.

Citamos o caso das antigas associações e da Confederação de professores primários do Brasil, que o coletivo organizado em torno da nascente CUT superou com a criação da CNTE (Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação) que por sua vez exige um novo debate.

Coisa muito diferente é quando um governo age, sistematicamente, sobre um sindicato desautorizando sua representação (neste caso inegável) e cria, com a ajuda de alguns intelectuais apoiadores da reforma universitária, um sindicato como o Proifés que chega a propor assembléias “on-line”! O governo Lula da Silva começa a estabelecer uma relação de diálogo e representação com esta nova entidade e em desautorização da antiga (ANDES) cujos processos de rompimento com a CUT e a luta contra a reforma universitária tem sido realizada nos marcos da tradição organizativa do trabalho: congressos, debates, assembléias de categoria etc.

Portanto há um atropelo real a autonomia e a democracia das entidades sindicais. Cabe a pergunta: Tudo isso em nome de qual projeto? Um projeto emancipatório ou um projeto que nos vincula ainda mais a uma posição subserviente aos interesses da fração burguesa, que atua nacionalmente em associação às transnacionais? Qual é, afinal, o referencial como princípios da longa tradição a qual nos filiamos (o Marxismo) para avaliar o conjunto de reformas e a atuação da maior central que tivemos e o curso em suas elaborações?

Entendemos que a unidade se constrói na luta, talvez esteja aí a chave de compreensão do porque consideramos que possamos chamar a CUT de divisionista e não as entidades que foram criadas a partir do rompimento com o projeto que ela hoje representa.

O fato é que a ruptura, ainda que, com problemas, produziu efeitos benéficos para a organização dos trabalhadores. Um potencial de luta e resistência pôde se desvencilhar e ganhar visibilidade pautando o debate sobre as contra reformas empreendidas pelo governo.

O debate que se travou neste período dizia respeito a como caracterizar o movimento de trabalhadores, em especial a partir das formas de precarização que mudaram a planta da fábrica e criaram novas formas de exploração dificultando sua organização por local de trabalho.

Neste sentido, qual deveria ser a forma organizativa? Central de movimentos sociais e sindicais ou apenas de sindicatos? Qual seria a formulação que melhor atenderia às transformações no mundo do trabalho?

Alves (2006) e Tavares (2006) ao analisar a “informalidade”<sup>15</sup> nos chamam atenção para o que aparentemente não tem relação. Afirmam que os processos de produção contemporâneos são compostos por um misto de determinações, sendo os setores “formais” e “informais” faces de uma mesma totalidade, ou seja, exprimem causa e conseqüências de modo orgânico. Ainda, segundo as autoras, na contemporaneidade, há um aumento das atividades “informais” em toda sua amplitude dada a única maneira que determinados indivíduos podem e conseguem sobreviver e que a mais “valia-relativa” ganha maior peso dentro do novo processo de acumulação do capital.

A conjunção dialética entre reordenamento do capital, inovações tecnológicas, fragmentação da produção, redivisão do trabalho e processos de terceirização, aliada ao poder ideológico do discurso burguês, fomentam o crescimento da informalização [...]. Esses fatores operam, sobretudo na supressão da resistência dos trabalhadores e de suas organizações, no sentido de enfraquecê-los, fragilizando, assim, a luta de classes. (Ibid p.444)

Retomando as elaborações de Alves (2008), esse nos esclarece sobre o que denomina “condição de proletariedade”. Segundo o autor, essa condição se dá aos homens que são despossuídos/alienados dos meios de produção, podendo levá-los a adquirirem consciência de “classe social do proletariado”. O autor parte de dois grandes pólos que abrangem os escritos de Karl Marx: a “teoria da exploração” e a “teoria do estranhamento”. A primeira está ligada ao plano mais estrutural e compreende os conceitos de mais-valia, valor, trabalho abstrato/trabalho concreto, etc. Estando esses conceitos melhor localizados no “O Capital” que é tido por muitos como sendo a principal obra de Marx. A segunda teoria (estranhamento) diz respeito às formas de produção do consenso ligadas a alienação, fetichismo e degeneração do ser. Entretanto essa divisão não é possível a nível prático humano, na verdade, essas teorias, encontram-se imbricadas de modo orgânico. Todo esse terreno de análise leva Alves (op. cit.) a afirmar:

A condição de proletariedade se caracteriza, portanto, pelos elementos compositivos da *relação-capital* no plano das individualidades alienadas ou “trabalhadores livres”. Homens e mulheres imersos na *condição de proletariedade* são individualidades sociais que não possuem a *propriedade* e – em geral, a *posse* (e, portanto, o controle) - das *condições de produção da vida social*. É a partir desta condição sócio estrutural que podemos derivar as múltiplas atribuições existenciais da proletariedade moderna ou condição de proletariedade. (Alves, 2008 p.16)

---

<sup>15</sup> Segundo as autoras as expressões “formais” e “informais”, não dão conta de explicar a nova realidade, por isso incorporam a expressão “informalidade”. Alves e Tavares resgatam Malaguti (2000) para explicar esse conceito. De acordo com as autoras: Para Malaguti, o conceito de informalidade, por ser mais amplo, engloba o conceito de setor informal, abrangendo situações diversas que não poderiam ser apreendidas por meio de conceitos fechados.

Vejam os que diz Gramsci (2000a) em nota que reflete sobre a consciência da classe em movimento.

O fato de não se levar em consideração o momento imediato das “relações de força” liga-se a resíduos da concepção liberal vulgar, da qual o sindicalismo é uma manifestação que acreditava ser mais avançada quando na realidade, representava um passo atrás. Com efeito, a concepção liberal vulgar, dando importância à relação das forças políticas organizadas nas diversas formas de partido, era mais avançada do que o sindicalismo, que dava importância primordial à relação fundamental econômico-social, e só a ela. (Ibid p.38)

Gramsci (Ibid) nos revela, ainda, que não basta dizer se uma determinada “força” é favorável ou desfavorável para um determinado grupo. É necessário mostrar como se constitui essa força. O erro teórico, segundo o autor, consiste em apresentar um princípio de pesquisa e de interpretação como causa histórica. Vejamos a seguinte passagem na obra do autor:

(...) Com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, tem-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção (...). A partir de Lênin (e Lukács) é possível formular de modo adequado o problema da consciência de classe. A classe, que é sempre consciente de si, torna-se consciente para si (em termos de Gramsci: torna sua consciência “unitária e coerente”) na medida em que compreende sua própria situação de classe como momento de uma totalidade histórica, o capitalismo, e pode atuar politicamente (estabelecer projetos e aplicá-los) em conformidade com esta compreensão (Ibid, p. 40)

Levando em consideração as proposições acima (“informalidade”, “condição de proletariado” e “grupos sociais”), insere-se que a organização ampla daqueles que se constituem como explorados, discriminados, marginalizados, despossuídos, coloca-se na pauta do dia, posto que a produção gira em torno de um todo estruturado onde influencia e é influenciada por toda construção social. O operariado, hoje, mais do que nunca, tem a tarefa de agregar a sua volta todos aqueles que têm condição objetiva para compreender o processo de dominação que nos é imputado a partir das classes sociais. O diálogo e a construção da consciência com os grupos subalternos devem ser permanentes e institucionalizados. O que está colocado aqui é que o trabalho atravessa toda a esfera social, tanto no que diz respeito a exploração a partir da propriedade privada, quanto a alienação gerada pelo mesmo, e que o operariado, consiste taticamente no agrupamento que vai arrastar e ser arrastado para uma transformação do tipo socialista.

Avaliamos que em determinados momentos históricos as escolhas táticas exigem maior refinamento e cuidado nas elaborações dado o grau de agressão do Capital, da cristalização do projeto hegemônico, do transformismo sofrido pelas esquerdas na quadra histórica recente e da redução do nível de consciência coletiva que já tratamos neste artigo.

Assim sendo, nos anos finais da década de noventa e a partir da eleição do Governo Lula (PT/PL.), nossa tarefa tem sido reorganizar o movimento, refinar as ferramentas teóricas para superar a polissemia conceitual que esconde as opções reformistas e a implantação da terceira via aproximando esquerda e direita institucionalizadas (no que César Benjamin chamou de estadunização da política brasileira) e apresentar uma alternativa classista aos trabalhadores. Mas não só. É necessário desfeticizar a percepção sobre o governo e demonstrar a utilização das outrora entidades organizativas da nossa classe como aparelhos privados da hegemonia a serviço do capital. Jogamos a luta de classes, hoje, no terreno de nossa própria classe, contra aqueles que hoje se apresentam como burocratas da tecnocracia de dominação do Capital, mas que dispõe ainda de legitimidade junto aos trabalhadores.

É tarefa de extremo cuidado e de uma luta feroz, pois a burocracia reage e reagirá sempre com violência. Exemplo recente é a não divulgação da posição da CUT (nenhuma manifestação pública) contra a criminalização dos movimentos sociais nos enfrentamentos recentes e nem mesmo no caso das estaduais paulistas.

No campo crítico a estas entidades compreendemos a necessidade de organização em torno das bandeiras de luta da classe trabalhadora hoje e de dispormos de uma organização de caráter nacional capaz de realizar a síntese destas lutas dando-lhes direção. Compreendemos que já existem entidades com esse caráter, a exemplo da “Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora” (Intersindical) e a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). Estas entidades têm estado à frente das mais importantes lutas da classe trabalhadora nos anos recentes e seus militantes organizaram-na a partir das jornadas contra as reformas sindical, trabalhista e a universitária, o que nos demonstra a importância não só do nascimento da entidade como sua existência neste momento histórico.

As lutas recentes contra a privatização do petróleo, pela estatização da Embraer e da Vale, as ocupações das reitorias, a campanha para que os trabalhadores não paguem pela crise ( contra o desemprego) a elaboração de documentos subsidiando as discussões das entidades e dos movimentos de oposições sindicais, demonstram o vigor da atuação militante, a clareza de direção, a luta pela reorganização da classe trabalhadora.

A superação das diferenças teóricas é, muitas vezes, resolvida na atividade prática. A unidade de ação pode ser o início da construção deste caminho. Se não há divergência estratégica, o debate e a atuação conjunta podem afinar as demais elaborações. Por isso defendemos a fusão – Conlutas e Intersindical - dessas duas centrais. Como marxistas e defensores da emancipação da classe trabalhadora pelo emprego desta ferramenta de

atuação na realidade, devemos apostar na resolução dialética destas divergências o que se dá na medida em que nos agrupamos para debater nossas ferramentas teóricas.

O aprofundamento da crise estrutural do Capital pode desagregar a classe trabalhadora e fazer surgir movimentos fascistas. Não seria a primeira vez na história. Contudo, dialeticamente, pode trazer os elementos de realidade que nos permitam aprofundar o debate e explicitar as contradições que nem o governo PT nem o PSDB poderão resolver.

Guardamos o pessimismo da inteligência de Gramsci para saber que vivemos uma época histórica difícil (mas quando não foi para a classe trabalhadora?). Mas também preservamos o otimismo da vontade para saber que, como dizia Marx, às vezes, o tempo histórico se acelera a nosso favor e que vinte anos podem ser vividos em dois. Tempos de ruptura e revolução.

#### **REFERÊNCIAS:**

ALVES, Giovanni. Toyotismo e Neocorporativismo no Sindicalismo do Século XXI, em: OUTUBRO, nº5, ano 2001, Revista de Estudos Socialistas.

ALVES, Giovanni. Os Limites do Sindicalismo na Perspectiva da Crítica da Economia Política - Salário, Preço e Lucro em: Limites do Sindicalismo, Bauru, Ed. Práxis, 2003.

ALVES, Giovanni. A Condição de Proletariado na Modernidade Salarial – por uma Analítica Existencial do Proletariado, em: Revista Pegada, n.2, vol. 9, ano 2008

ALVES, MARIA APARECIDA; TAVARES, MARIA AUGUSTA. A dupla face da informalidade do trabalho “autonomia” ou “precarização”. In: ANTUNES, Ricardo. (org.) Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. 527 p. 425-444.

AMARAL, Ângela Santana. Qualificação, sociedade civil e desidentidade de classe: os desafios para o sindicalismo, em: OUTUBRO, nº 5, ano 2001, Revista de Estudos Socialistas.

ANTUNES, Ricardo: Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do trabalho. Cortez editora, Campinas, 1995.

\_\_\_\_\_. Os Sentidos do Trabalho Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, SP, Boitempo, 2002b.

\_\_\_\_\_. Os Sindicatos estão na Encruzilhada, em: A Desertificação Neoliberal No Brasil (Collor, FHC e Lula), SP, Autores Associados, 2004.

\_\_\_\_\_. Trabalho, Reestruturação Produtiva e Algumas Repercussões no sindicalismo Brasileiro em: Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos, SP, Boitempo Ed, 2002a.

BOITO JÚNIOR, Armando. O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas: Unicamp, 1991.

BOITO Jr, Armando. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil, SP, Xamã, 1999.

\_\_\_\_\_. Reforma e Persistência da Estrutura Sindical em: O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80, Paz e Terra, RJ, 1991.

\_\_\_\_\_. Classe média e Sindicalismo, [http://www.uesb.br/politeia/v4/artigo\\_07](http://www.uesb.br/politeia/v4/artigo_07).

FOSTER, John Bellamy: O Fim do Capitalismo Racional. Site resistir.info. Acesso em 04/03/2005.

GARCIA, Cyro: Partido dos Trabalhadores: Rompendo com a Lógica da Diferença. Niterói, UFF, 2000. (Dissertação Mestrado História).

GLUCKSMAN, Christine Buci: A Problemática da Ampliação do Estado. em: Gramsci e o Estado, RJ, Paz e Terra, 1980.

GRAMSCI, Antônio: Cadernos do Cárcere - Vol. 1: Introdução ao Estudo da Filosofia, edição organizada por Carlos Nelson Coutinho; co - edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira; RJ; Civilização Brasileira, 2000c.

\_\_\_\_\_: Cadernos do Cárcere - Vol 2 Os Intelectuais; O Princípio Educativo; edição organizada por Carlos Nelson Coutinho; co - edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira; RJ; Civilização Brasileira, 2000b.

\_\_\_\_\_: Cadernos do Cárcere - Vol 3: Notas sobre o Estado, edição organizada por Carlos Nelson Coutinho; co - edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira; RJ; Civilização Brasileira, 2000a.

HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos, O breve Século XX, SP, Companhia das Letras, 1995.

LÊNIN, Wladimir: Do Artigo de Marx: A Tática da Luta de Classe do Proletariado em: Sobre os Sindicatos, História e Política, SP, Livraria Ed. Ciências, 1979.

\_\_\_\_\_. Imperialismo Fase Superior do Capitalismo. São Paulo, Global, 1985. P. 122 e 123.

LESBAUPIN, Ivo (org.). O Desmonte da Nação; Balanço do Governo FHC, RJ, Vozes, 1999.

LUKÁCS, George: As Bases Ontológicas do Pensamento e da atividade do Homem, em: Temas de Ciências Humanas, SP, 1978, Xerox.

MANDEL, Ernest: A Burocracia no Movimento Operário, Marxists Internet Archives, Seção em português, 2005a. Acesso em 18/06/2005.

\_\_\_\_\_. A Natureza do Reformismo Social Democrata, combate. hino, 2005b.  
Acesso em 18/06/2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista, RJ, Garamond, 1998.

\_\_\_\_\_. Sindicalismo, SP, CHED, 1980.

MARX, Karl. Capítulo Inédito D'O Capital, Porto, Publicações Escorpião, col. Biblioteca Ciência e Sociedade, n.12, 1975.

\_\_\_\_\_: Prefácio, Posfácio e Introdução [à Crítica da Economia Política], Os Pensadores, SP, Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_: O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann, SP, Paz e Terra, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Ideologia Alemã. São Paulo, Boitempo, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley e SANT'ANNA, Ronaldo. A Nova Pedagogia da Hegemonia. Em: A Nova Pedagogia da Hegemonia. Estratégias do Capital para Educar o Consenso. Coletivo de Estudos de Política Educacional, SP, Xamã, 2005.

PAULANI, Leda M<sup>a</sup>. Quando o medo vence a esperança (Um balanço da política econômica do primeiro ano do Governo Lula). Em: Crítica Marxista, nº 19, SP, Ed. Revan, 2004.

RODRIGUES, Leôncio: As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais em: O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80, RJ, Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. A Composição Social das Lideranças do PT. Em: Partidos e Sindicatos. Escritos de Sociologia Política, SP, Ed Ática, 1990.

TROTSKY, Leon. Os Sindicatos na Época da Decadência Imperialista. Em: Escritos Sobre Sindicato. SP, Kairós, 1978.

TUMOLO, Sergio Paulo. Da contestação à conformação: A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

WOOD, Ellen Meikins: Classes como processo e como relação Em: Democracia contra Capitalismo; a renovação do materialismo histórico, SP, Boitempo, 2003.